



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2004

APRESENTAÇÃO



O presente Relatório Anual de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Educação tem o objetivo de garantir a observância do que está disposto na Instrução Normativa nº 47/2004 e na Decisão Normativa nº 62/2004, ambas do Tribunal de Contas da União – TCU.

Agrega as informações relacionadas à execução de suas atividades e de suas Subsecretarias de Planejamento e Orçamento – SPO e de Assuntos Administrativos – SAA, conforme estabelece o Anexo I da Decisão Normativa nº 62/2004, citada anteriormente, destacando os principais resultados de suas ações no decorrer do exercício de 2004.

SUMÁRIO



UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADORA – SECRETARIA EXECUTIVA.....	4
INFORMAÇÕES GERAIS.....	4
COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS	4
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	4
UNIDADES AGREGADAS.....	8
1 – SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/SPO	9
1.1 INFORMAÇÕES GERAIS.....	9
1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS	9
1.3 OBJETIVOS E METAS.....	11
1.3.1 Principais Realizações	14
1.4 INDICADORES (OU PARÂMETROS DE GESTÃO) E ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO	21
1.5 MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS	22
1.6 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)	26
1.7 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	26
1.7.1 Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:	26
1.7.2 Avaliação crítica dos resultados alcançados no projeto	26
1.8 PROJETOS DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL	27
2 – SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/SAA	28

UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADORA – SECRETARIA EXECUTIVA



INFORMAÇÕES GERAIS

Nome da Unidade Jurisdicionada: Secretaria Executiva

Nº CNPJ: 00394445/0023-09

Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal

Vinculação Ministerial: Ministério da Educação/Secretaria Executiva

Endereço Completo: Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Ed. Sede – 8º Andar
Brasília/DF – CEP: 70.047-900

Endereço da *home page* institucional: www.mec.gov.br

Órgão: 26000 – Ministério da Educação - MEC

Unidade Gestora: 150017

COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

As atividades desempenhadas pela Secretaria Executiva - SE estão previstas na Estrutura Regimental aprovada por meio do Decreto nº. 5.159, de 28 de julho de 2004, que determina:

(...) À Secretaria-Executiva compete:

- I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;
- II - supervisionar e coordenar as atividades de Organização e Modernização Administrativa, bem como as relacionadas aos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos, de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério; e
- III - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento e Orçamento a ela subordinadas. (...)

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

A Secretaria Executiva atua, basicamente, como órgão de assistência direta e imediata ao Ministro da Educação, desenvolvendo atividades de natureza diversa. Tem participação ativa nas discussões de políticas, programas e ações de grande relevância ao Ministério, e exerce funções



estratégicas junto às Secretarias da Administração Direta, Autarquias, Empresa e Fundações do MEC.

Um dos mais importantes trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Executiva, em 2004, foi a coordenação do amplo debate instituído para o estabelecimento de um Programa destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para cursos de graduação e seqüências de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, o **ProUni** – Programa Universidade para Todos.

A concepção deste Programa é revolucionária na história do Ensino Superior, realmente permitindo o acesso de alunos de estratos menos privilegiados da população. Trata-se de uma solução que vem complementar a atuação da universidade pública, uma vez que não compromete recursos do setor público e, também, consente que o financiamento estudantil privado, o FIES, possa ser redirecionado para atender a um público diferente, aliviando o déficit acumulado pela inadimplência da população carente até então atendida.

Tal Programa foi estabelecido e regulamentado por meio da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004.

A exemplo do Pro-Uni, a Secretaria Executiva vem desempenhando uma importante liderança na concepção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que consiste em um fundo de financiamento voltado a atender a Educação Básica - que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio em todas as suas modalidades.

Durante o ano de 2004, com a participação expressiva da Secretaria Executiva do MEC, os termos de uma proposta de emenda constitucional – PEC, criando o Fundo, foram debatidos com a sociedade, representada por estados, municípios, entidades de classe, pesquisadores e instituições de ensino. A versão final desta PEC foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República em 2 de dezembro último.

Outro marco nas atividades da Secretaria foi a criação do “Portal Domínio Público”, lançado em novembro de 2004 (com um acervo inicial de mais de 1000 obras), cuja proposta é o compartilhamento de conhecimentos de forma equânime, colocando à disposição de todos os usuários da rede mundial de computadores - Internet - uma biblioteca virtual que deverá se constituir em referência para professores, alunos, pesquisadores e para a população em geral.

O Portal, ao final de 2004, contava com mais de 2.500 obras cadastradas e, pelo volume de acessos registrados, mais de 53 mil até o final de 2004, mostrou-se capaz de atender plenamente



aos objetivos de disponibilizar informações e conhecimentos de forma livre e gratuita, incentivar o aprendizado, a inovação e a cooperação entre os geradores de conteúdo e seus usuários, ao mesmo tempo em que também pretende induzir uma ampla discussão sobre as legislações relacionadas aos direitos autorais - de modo que a "preservação de certos direitos incentive outros usos" -, e haja uma adequação aos novos paradigmas de mudança tecnológica, da produção e do uso de conhecimentos, como apregoa o Ministro Tarso Genro.

Este Portal foi desenvolvido totalmente em software livre, o que demonstra a seriedade com que a política de migração vem sendo enfrentada pelo Ministério que, por meio da Secretaria Executiva, está desenvolvendo-a a passos largos.

Com este propósito, já em 2003, foi criado o Comitê de Informação e Informática do Ministério da Educação - COMINF/MEC, cuja natureza é a de assessoramento técnico ao Secretário-Executivo. Em 2004, o Comitê desenvolveu atividades informativas junto às Unidades do Ministério, enquanto definia, paralelamente, os meios de realizar a migração para software livre em todas as estações do MEC, tendo estabelecido para 2005 a meta de que 40% das estações já estejam operando nesta plataforma.

Ainda no campo tecnológico, a Secretaria Executiva coordenou, em 2004, o processo de reestruturação do Portal do MEC, discutindo largamente com as demais Secretarias, com a Comunicação Social do Gabinete do Ministro e com a Coordenação Geral de Informática e Telecomunicações - CEINF.

Neste sentido foi instituído o Grupo de Trabalho de Reestruturação do Portal MEC, em 20 de maio de 2004, o qual já estabeleceu, por meio da Resolução nº 01, de 15 de junho de 2004, as regras e diretrizes para a elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento de sítios na Internet, no âmbito do Ministério, e, por intermédio da Resolução nº 02, as regras e diretrizes para tornar mais abrangente, fácil e rápido o acesso às informações e aos serviços constantes destes sítios.

Podemos destacar, também, que a Secretaria Executiva estabeleceu Câmaras Temáticas de Integração no âmbito do Ministério (Portaria nº 695, de setembro de 2004), com a finalidade de institucionalizar mecanismos para a adequada integração das ações a cargo dos diferentes órgãos do MEC e entidades vinculadas, tendo em vista o cumprimento dos Programas de Governo e o alcance das respectivas metas.

Além disso, fez a interlocução necessária com as Secretarias do Ministério para as demandas do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - PPACA, que consiste em um termo de compromisso, assinado em setembro de 2002, elaborado por um conjunto de organizações da



sociedade civil e de organismos internacionais, tendo seguido as diretrizes do documento “Mundo para as Crianças”, da ONU. No âmbito do segundo compromisso do Plano – Provedor Educação de Qualidade – cujo objetivo central é o de garantir o acesso à escola de qualidade, foram incluídos, por parte do MEC, os seguintes desafios:

- Expansão e Melhoria da Educação Infantil
- Ampliação da Educação Básica de Qualidade
- Promoção da Educação especial
- Alfabetização de Jovens e Adultos

Ademais, a Secretaria Executiva participou, pelo MEC, da negociação junto à Presidência da República e aos Ministérios da Fazenda, da Cultura e dos Esportes, sobre o Projeto de Lei que disciplinará a distribuição dos recursos das Loterias Federais. Esta atividade não foi concluída no exercício de 2004 e, para dar continuidade, foi constituído um Grupo de Trabalho.

Por fim, mas não menos importante, é salutar registrar que o Secretário Executivo Preside o Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e de Acordos de Empréstimos Internacionais do Ministério da Educação – CGCOP, que tem como objetivos coordenar a captação de recursos externos para novos projetos do MEC e gerenciar a implementação dos projetos decorrentes de cooperação técnica e acordos de empréstimos celebrados com organismos internacionais. Tem, ainda, o propósito de centralizar o relacionamento e a articulação de organismos internacionais e órgãos do governo federal envolvidos na preparação e na execução dos projetos visando a prevenir a dispersão e pulverização de esforços e meios a eliminar superposições e duplicidade de ações. Visa, também, a aprimorar e uniformizar procedimentos operacionais que concorram para melhorar a gestão e agilizar o desenvolvimento de novas operações de crédito.

No exercício de 2004, a Secretaria Executiva teve, ainda, sob sua responsabilidade direta, a execução parcial da seguinte Ação:

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUAL (B)	DISPONÍ- VEL (C)	EMPENHA- DO (D)	REALIZA- DO (E)	SALDO (F=C-E)	EXECU- ÇÃO % (G=E/C)
12.212.0681.0153.0001 - Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura – UNESCO Finalidade: prestar cooperação para o desenvolvimento de atividades prioritárias no seu âmbito de atuação, contribuindo para o aperfeiçoamento do pessoal técnico e para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, voltados ao planejamento do setor educacional, bem como desenvolver o intercâmbio de experiências e informações com os países em desenvolvimento, em matérias educacionais e científicas.	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	100%



UNIDADES AGREGADAS

A Secretaria Executiva do Ministério da Educação tem, em suas Subsecretarias de Planejamento e Orçamento – SPO e de Assuntos Administrativos – SAA, dois braços operacionais de fundamental importância no cumprimento de parte de suas atribuições institucionais, no que se refere às atividades de Organização e Modernização Administrativa, bem como as relacionadas aos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos, de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério.

Como Unidade Jurisdicionada agregadora, conforme estabelece o Anexo I da Decisão Normativa nº 62/2004, do Tribunal de Contas da União – TCU, apresenta, neste Relatório, os relatos de gestão das Subsecretarias citadas anteriormente.



1 – SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/SPO

1.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Nome da Unidade Jurisdicionada: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO

Nº CNPJ: 00.394.445/0002-84

Natureza Jurídica: 1.8 - Órgão Público

Vinculação Ministerial: Ministério da Educação/Secretaria Executiva/Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Endereço Completo: Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", Ed. Anexo I, 1º Andar - Brasília/DF - CEP: 70.047-900 - Telefone (61) 2104-8762 - Fax: (61) 2104-9168

Endereço da *home page* institucional: www.mec.gov.br/spo

Órgão: 26000 – Ministério da Educação - MEC

Unidade Gestora: 150014

1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO passou a integrar a Estrutura Regimental do Ministério da Educação - MEC em 1995, a partir da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, que determinou, no seu Art. 15 “Haverá na estrutura básica de cada Ministério Civil:

I - Secretaria Executiva, exceto no Ministério das Relações Exteriores;

II - Gabinete do Ministro;

III - Consultoria Jurídica, exceto no Ministério da Fazenda;

IV - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;

V - Subsecretaria de Assuntos Administrativos.”

Dessa forma passou a abranger, no âmbito do Ministério da Educação, à época Ministério da Educação e do Desporto, parte das atribuições da então Secretaria de Administração Geral, órgão setorial dos Sistemas de Planejamento Federal, Modernização Administrativa, Orçamento, Programação Financeira, Pessoal Civil, Serviços Gerais e de Administração de Recursos de Informação e Informática.

Em 1996, por meio do Decreto nº 1.917, a SPO passou a integrar, definitivamente, a estrutura regimental do MEC, na esfera da Secretaria Executiva, como segue:

(...) Art. 2º O Ministério da Educação e do Desporto tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete;

b) Secretaria-Executiva:



I. Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

2. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; (...)

As atividades desempenhadas pela SPO estão previstas na Estrutura Regimental aprovada por meio do Decreto nº. 5.159, de 28 de julho de 2004, que determina:

(...) Art. 6º À Subsecretaria de Planejamento e Orçamento compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas referidos no inciso I, informando e orientando os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

III - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais do Ministério e submetê-los à decisão superior;

IV - acompanhar, consolidar e avaliar os resultados da execução físico-financeira dos planos e programas anuais e plurianuais do Ministério, em articulação com os gerentes de programas;

V - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e

VI - realizar tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa e perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

No referido Decreto, foi suprimida, por erro material na publicação, parte das atribuições da Subsecretaria. Desta forma, está sendo tomadas as providências para a republicação do mesmo, alterando os incisos IV e V, do Art. 6º, Anexo I, do Decreto nº 5.159/2004, anteriormente mencionado, como segue:

“IV - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério;

V – monitorar e avaliar as metas e os resultados da execução dos planos e programas anuais e plurianuais, em articulação com as Secretarias da Administração Direta, Autarquias, Empresa e Fundações do Ministério, e”



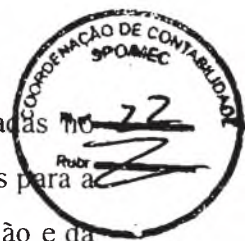
1.3 OBJETIVOS E METAS

No exercício de 2004, a SPO teve sob sua responsabilidade direta, a execução das seguintes

Ações:

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUAL (B)	DISPONÍVEL (C)	EMPENHADO (D)	REALIZADO (E)	SALDO (F=C-E)	EXECUÇÃO % (G=E/C)
12.122.1067.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa – Nacional Finalidade: constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.						(Inscrito em RAP)	
	1.793.400	1.793.400	1.793.400	1.793.400	523.400	1.270.000	29%
12.126.0465.4172.0001 - Serviço de comunicação da Rede nacional de Ensino e Pesquisa Finalidade: prover infra-estrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade par suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do País na Sociedade da Informação	21.000.000	21.000.000	21.000.000	21.000.000	21.000.000	0,00	100%
12.212.0681.0057.0001 – Contribuição à Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI Finalidade: contribuir, financeiramente, na qualidade de associado, em contrapartida a prestação de assistência técnica da entidade no aperfeiçoamento e na capacitação de pessoal técnico e docente, bem como ao desenvolvimento de intercambia de experiências e informações entre os países-membros.	980.000	980.000	980.000	980.000	980.000	0,0	100%
12.212.0681.0145.0001 – Contribuição à Organização dos Estados Americanos – OEA Finalidade: contribuir, financeiramente, na qualidade de associado, em contrapartida a prestação de assistência técnica da entidade a projetos e programas.	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	0,0	100%
12.212.0681.0153.0001 - Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura – UNESCO Finalidade: prestar cooperação para o desenvolvimento de atividades prioritárias no seu âmbito de atuação, contribuindo para o aperfeiçoamento do pessoal técnico e para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, voltados ao planejamento do setor educacional, bem como desenvolver o intercâmbio de experiências e informações com os países em desenvolvimento, em matérias educacionais e científicas	7.000.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000	5.000.000	(Inscrito em RAP) 2.000.000	71,4%
12.845.0681.0364.0001 -Contribuição ao Fundo para o Setor Educacional do Mercosul Finalidade: garantir a participação brasileira nas ações do Setor Educacional do Mercosul, assegurando a implementação das atividades e projetos prioritários definidos de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Ação 2001-2005	750.000	750.000	750.000	0,00	0,00	*750.000	0%
Manutenção de Serviços Administrativos							
Suprimento de Fundos	13.512	13.512	13.512	13.512	8.102	5.410	60%
TOTAL	34.986.912	34.986.912	31.986.912	31.236.912	27.961.502	4.025.410	

* Não foi possível depositar o valor previsto, uma vez que a criação do Fundo em questão, até o final do exercício de 2004, não havia sido formalizada junto ao órgão financeiro escolhido para a administração do mesmo, pelo MERCOSUL. Educacional, a Cooperação Andina de Fomento - CAF



É importante salientar que as transferências, relacionadas no quadro a seguir, realizadas no âmbito da Ação 12.212.0681.0153.0001 - Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura – UNESCO, foram todas solicitadas pelo Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e de Acordos de Empréstimos Internacionais do Ministério da Educação – CGCOP, cujo Secretário Executivo é Presidente.

VALOR EMPENHADO			VALOR REPASSADO			SALDO (Inscrito em RAP)
Empenho nº	Data	Valor	Ordem Bancária	Data	Valor	
2004NE000100	31.03.2004	1.000.000,00	2004NS003693	31.03.2004	1.000.000,00	
2004NE000001	29.07.2004	3.000.000,00	2004OB900001	29.07.2004	3.000.000,00	
2004NE000116	08.10.2004	6.000.000,00	2004OB900263	08.10.2004	2.000.000,00	
			2004OB900375	17.12.2004	2.000.000,00	
TOTAL		10.000.000,00			8.000.000,00	2.000.000,00

* O valor de R\$ 3.000.000,00, referente à Ordem Bancária nº 900001 de 29.07.04, foi repassado diretamente pela Secretaria Executiva

As transferências referidas são parcelas relativas ao montante global estabelecido no início do exercício à título de contribuição à UNESCO, para custear a execução de diversos projetos aprovados pelo Grupo Intersetorial de Coordenação – GIC, dentro do Acordo Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica, firmado pelo Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Decreto nº 87.522/85.

Os projetos têm execução prevista de até 12 meses e as transferências de recursos não são feitas no valor integral de cada um, podendo, assim, o valor de um projeto estar fracionado em diversas parcelas durante o ano.

Além disso, o valor liberado de cada transferência é definido de acordo com alguns fatores externos como limite financeiro do MEC, ritmo de execução dos projetos aprovados etc.

Dessa forma, a vinculação direta do valor de cada parcela transferida e os projetos em execução é inexistente, havendo apenas correlação no total transferido no exercício, referente à soma das parcelas e o total de projetos aprovados pelo GIC, no mesmo período.



Além dos recursos das ações já mencionadas, foram efetuados os pagamentos relativos amortização e encargos financeiros de financiamentos, internos e externos, como segue:

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (B)	EMPENHOS EMITIDOS (C)	EMPENHOS LIQUIDADADOS (D)	% E=D/B (E)	CRÉDITO DISPONÍVEL (F)
28.843.0905.0283.0001 - Amortização e Encargos de Financiamento (Dívida Interna) Finalidade: fazer face às obrigações financeiras de operações de crédito contratadas no País.	25.995.496,00	25.995.496,00	6.824.768,76	6.824.768,76	26,25	19.170.727,24
AMORTIZAÇÃO	16.706.051,00	16.706.051,00	6.041.482,32	6.041.482,32	36,16	10.664.568,68
JUROS	9.289.445,00	9.289.445,00	783.286,44	783.286,44	8,43	8.506.158,56
28.844.0906.0284.0001 - Amortização e Encargos de Financiamento (Dívida Externa) Finalidade: fazer face às obrigações financeiras de operações de crédito contratadas no País.	661.220.383,00	661.220.383,00	360.927.658,97	360.927.658,97	54,59	300.292.724,03
AMORTIZAÇÃO	409.268.636,00	409.268.636,00	249.166.471,08	249.166.471,08	60,88	160.102.164,92
JUROS	251.951.747,00	251.951.747,00	111.761.187,89	111.761.187,89	44,36	140.190.559,11
TOTAL	687.215.879,00	687.215.879,00	367.752.427,73	367.752.427,73	53,51	319.463.451,27

Contudo, as funções da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO não se resumem na administração destas Ações. A SPO é responsável, entre outras atribuições, por planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do MEC, além de promover o acompanhamento/monitoramento e a avaliação das ações estabelecidas no PPA – Plano Plurianual para o setor educacional, sendo que, para este fim, articula-se com todos os órgãos finalísticos do Ministério, responsáveis pela implementação das políticas educacionais, e com os órgãos meio, responsáveis pelo suprimento dos insumos essenciais ao cumprimento das metas estabelecidas.

As atividades da SPO estão direcionadas ao atendimento das 130 Unidades Orçamentárias, vinculadas ao Ministério, quais sejam:

- 03 Unidades da Administração Direta do MEC
- 36 Escolas Técnicas Federais / Centros Federais de Educação Tecnológica
- 09 Faculdades Isoladas Federais e Hospital de Clínicas de Porto Alegre
- 42 Universidades Federais
- 36 Escolas Agrotécnicas Federais
- 04 Outras Unidades Supervisionadas pelo MEC

Desenvolve, para a consecução de seus objetivos, forte interação com os Ministérios da Fazenda – MF; do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; com as Secretarias do Tesouro Nacional – STN/MF, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MP e Secretaria de



Orçamento Federal – SOF/MP; entre outros Órgãos, bem como, promove e facilita o acesso e o fluxo de informações entre os órgãos integrantes da estrutura organizacional do MEC, em nível central e descentralizado, com os Sistemas Estruturantes do Governo (Sistema de Orçamento Federal – SIDOR; Sistema Integrado de Administração de Pessoal Civil – SIAPE; Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG; Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento – SIGPLAN; Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais - SIDOF, Sistema de Administração Financeira – SIAFI).

1.3.1 Principais Realizações

A atuação da Subsecretaria foi intensa no exercício de 2004, resultando no atendimento eficaz de todas as suas atribuições, tendo realizado integralmente sua programação e execução orçamentária, bem como, tendo atendido as necessidades de recursos orçamentários e financeiros destinados aos pagamentos das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, de Custeio e Capital, e, ainda, da Dívida e Contribuições, de todas as 130 Unidades já mencionadas.

Para poder cumprir com estes compromissos, seguiu rigorosamente os instrumentos legais que estabelecem as normas e limites disponíveis, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual 2004/2007, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Decreto de Programação Financeira nº 4.992/2004 e suas alterações, entre outros.

Realizou, em 2004, por meio de sua Coordenação Geral de Planejamento Setorial – CPS, em articulação com as demais Unidades do MEC, uma revisão substancial no PPA 2004/2007, apresentado ao Congresso Nacional em agosto. Tal mudança culminou na reestruturação dos Programas do MEC que compunham a versão original do Plano, como segue:

Programas vigentes em 2004:

- 1060 - Brasil Alfabetizado
- 1061 - Brasil Escolarizado
- 1062 - Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária
- 1065 - Educação na Primeira Infância
- 1066 - Escola Básica Ideal
- 1067 - Gestão da Política de Educação
- 1070 - Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino
- 1072 - Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação
- 1073 - Universidade do Século XXI
- 1075 - Escola Moderna



Programas propostos na Revisão:

1060- Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos – Adm. Central: SECAD; e Unidades: INEP e FNDE

1061 - Brasil Escolarizado – Adm. Central: SEB; e Unidades: Colégio Pedro II, INEP e FNDE

1065 - Desenvolvimento da Educação Infantil – Adm. Central: SEB; e Unidade: FNDE.

1067 - Gestão da Política de Educação - Adm. Central: SEXEC; e Unidades: SEB, SECAD, SETEC, SESU, SEESP, SEED, CNE, SPO, INES, IBC, Colégio Pedro II, CEFETs, ETF, EAF, IFES, INEP, CAPES, FUNDAJ e FNDE

1072 - Valorização e Formação dos Professores e Trabalhadores da Educação – Adm. Central: SEB; e Unidades: SEED, SECAD, FNDE

1374 - Desenvolvimento da Educação Especial – Adm. Central: SEESP; e Unidades: INES, IBC e FNDE

1376 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental – Adm. Central: SEB; e Unidades: Colégio Pedro II, IFES e FNDE

1378 - Desenvolvimento do Ensino Médio – Adm. Central: SEB; e Unidades: Colégio Pedro II, IFES, CEFETs e FNDE

1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica –Adm. Central: SETEC; e Unidades: INES, CEFETs, ETF, EAF, IFES, INEP, FUNDAJ e FNDE; e **MTE, MME e MAPA**

1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica–Adm. Central: CAPES; e Unidades: IFES, INEP e CEFETs; e **MP e MMA**

1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania – Adm. Central: SECAD; e Unidade: FNDE; e **MinC**

1073 - Universidade do Século XXI – Adm. Central: SESU; e Unidades: INES, IBC, IFES, INEP, CAPES e CEFETs; e **MP e MDIC**

Além de discutir as Ações que compõem os Programas executados diretamente pelo MEC, o Setorial de Planejamento da SPO debateu amplamente, com os demais Ministérios, as Ações transversais, tendo permanecido as relacionadas a seguir:

0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – SEDH

0154 - Direitos Humanos, Direitos de Todos – SEDH

0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas – MJ

1336 - Brasil Quilombola - SEPPIR

0797 - Prospeção e Avaliação de Políticas Públicas – MP

1335 - Transferência de Renda com Condiionalidades -- Bolsa Família – MDS



0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais – MRE

0465 - Sociedade da Informação - MCT

1293 - Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – MS

0167 - Brasil patrimônio Cultural - MinC

1142 - Engenho das Artes - MinC

0168 - Livro Aberto – MinC

1112 - Difusão e Popularização da Ciência - MCT

0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – MCT

Foi elaborado, também no âmbito da CPS, um quadro comparativo do Plano Nacional de Educação - PNE com a Revisão do Plano Plurianual – PPA/2004 – 2007 (Versão Preliminar). Este trabalho foi elaborado com o objetivo de identificar possíveis lacunas em relação ao estabelecido no PNE e, conseqüentemente, a partir de análise conjunta com as Secretarias-fim do Ministério, redirecionar as ações no sentido de melhor atingir as metas contidas nos Planos.

A CPS/SPO participou, ainda, ativamente, da definição dos Gerentes de Programas, dos Gerentes Executivos e Coordenadores de Ações, todos designados pela Portaria Ministerial nº 4307/2004, em atendimento ao disposto na Lei nº 10.933/2004, relativa ao PPA 2004/2007 e o Decreto nº 5.233/2004, concernente às normas de gestão do PPA 2004/2007. Nesta mesma Portaria, a SPO foi designada a exercer, por meio da CPS, as funções de Unidade de Monitoramento e Avaliação, com a finalidade de apoiar a elaboração dos planos gerenciais dos programas, bem como oferecer subsídios técnicos que auxiliem na definição de conceitos e procedimentos específicos aos programas sob a responsabilidade do MEC.

Cabe ressaltar que a publicação da Portaria acima referida, definindo responsáveis por Programas e Ações, facilitou sobremaneira o controle do preenchimento da execução física no Sistema de Informações Gerenciais para o Planejamento – SIGPlan.

Durante 2004, a Coordenação Geral de Orçamento – CGO teve um volume expressivo de atividades, a saber:

- Proposta Orçamentária – consolidação da proposta orçamentária das UO's referente à pessoal, benefícios, receita diretamente arrecadada, despesas de custeio, investimentos e dívida, conforme a seguir:

I - Receita Diretamente Arrecadada

a – é solicitado às UO's que encaminhem a SPO/MEC planilhas contendo os valores de receitas diretamente arrecadadas projetados por este Setorial, para o exercício seguinte. Se



houver divergência, a maior ou a menor, em relação a um percentual 22 preestabelecido/razoável, as devidas justificativas deverão acompanhar a planilha para subsidiar a análise;

b – a SPO/MEC analisa individualmente todos os dados, consolida e remete à SOF para definição final.

II - Despesas de Custeio, investimento e demais grupos

a – é solicitado às Unidades Supervisionadas, Secretarias e entidades vinculadas à Administração Direta do MEC, que encaminhem a SPO/MEC, a título de “Pré-Proposta”, o mapeamento das prováveis necessidades orçamentárias para o exercício seguinte, elaborado nos moldes do Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, e tendo por base os valores da Lei Orçamentária Anual – LOA. Caso haja expansão de dotação, a mesma deverá ser acompanhada de pormenorizada justificativa e/ou memória de cálculo;

b -- após a SOF definir/disponibilizar os limites individualizados por ação para o MEC, esta subsecretaria analisa e, tendo como parâmetro os valores da LOA do exercício corrente e a “Matriz” estabelecida em reunião conjunta com os Conselhos representantes das UO's, é encaminhada a cada UO planilha individualizada contendo seus respectivos limites, juntamente com as instruções e esclarecimentos sobre a Proposta Orçamentária e sua impostação no SIDOR;

III – Pessoal e Encargos Sociais os dados são impostados no SIDOR pela SPO/MEC, tendo como parâmetros a execução e o acompanhamento realizados no SIAPE, SIAFI, condicionado, entretanto, ao contido na Lei de Diretrizes e Orçamentárias, bem como nas contratações autorizadas.

IV – SAOC – Sistema de Acompanhamento de Operações de Crédito – impostação de dados no sistema, referentes a todos os contratos de dívidas externas e internas, assinados e com previsão de assinatura no decorrer do exercício, de responsabilidade do MEC, destinados a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte:

a – é solicitado às Secretarias (SESU e SEMTEC) e Unidades (HCPA e FNDE) gestoras de Programas e/ou Projetos financiados com recursos de operações de crédito, o encaminhamento das previsões com desembolso, ingressos e contrapartidas, individualizadas por contratos e nas moedas originais;

b – análise e consolidação dos dados;

c – com a Coordenação da Dívida, da CGF, é feito o preenchimento dos formulários no SAOC e encaminhamento a SOF no prazo estabelecido por aquela Secretaria.



- Créditos Adicionais – Análise, encaminhamento à SOF e acompanhamento até a publicação de créditos adicionais, conforme segue:
 - a – após publicação da Portaria SOF que estabelece procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias/créditos adicionais, comumente publicada no primeiro trimestre, e com a abertura no SIDOR do Subsistema de Créditos Adicionais, as Unidades poderão solicitar as alterações necessárias dentro do parâmetros estabelecidos nas legislações envolvidas;
 - b – a SPO analisa pormenorizadamente cada solicitação, verificando se os procedimentos e prazos determinados na Portaria SOF foram obedecidos e encaminha a referida solicitação à SOF;
 - c – o acompanhamento é feito por meio de elaboração de relatórios contendo todas as alterações desde a sua elaboração até a publicação no DOU.
- Análise e execução de créditos suplementares de Pessoal, Benefícios e Precatórios;
- Acompanhamento no Subsistema de Receita – SIDOR, da reestimativa efetuada pelas UO's, antes de reencaminhá-la à SOF;
- Execução Orçamentária e Financeira de Operações de Crédito – Acompanhamento da programação mensal efetuada pela Divisão de Execução Orçamentária e Financeira dos pagamentos da dívida interna e externa do exercício, a fim de compatibilizar a dotação orçamentária prevista. Para isso há a elaboração periódica de relatórios dos quais constam os valores de dotação/LOA e de execução dos contratos, individualizados por IDOC's, havendo insuficiência de dotação orçamentária é feito crédito adicional de ajustes de IDOC's.
- Acompanhamento do Subsistema de Pessoal – SIPES/SIDOR – Este subsistema acompanha as despesas com pessoal e encargos sociais por Unidade orçamentária. Os dados são extraídos do SIAPE, mas como só extrai os dados da folha normal, fica disponível para as unidades alterarem (incluir despesas da folha suplementar, auxílio funeral e obrigações patronais) durante sete dias, geralmente do dia 10 a 17 de cada mês. Após este período, fica disponível para a SPO durante 10 dias, para análise e alteração de dados, se necessário, depois de analisadas todas as unidades, encaminha-se à Secretaria de Orçamento Federal SOF/MP, por meio de geração de tipo.
- Acompanhamento e Projeções de Pessoal e Encargos Sociais; Professor Substituto e Benefícios (Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte e Auxílio Creche). As projeções são executadas no excel, com dados extraídos do SIAPE e do SIAFI, mês a mês, por unidade orçamentária. O objetivo dessas projeções é acompanhar as despesas executadas para solicitar crédito adicional quando necessário.



- Acompanhamento e homologação de Sentenças Judiciais no Sistema de Cadastro das Ações Judiciais – SICAJ/SIAPE; (Portaria nº 17/MP, de 06/02/2001);
 - São Sentenças que já vinham sendo pagas e necessitam de alterações, a Unidade Orçamentária por meio de e-mail ou fax, solicita a anulação da homologação para que possa fazer as alterações, e depois solicita a homologação novamente.

Da mesma forma, o rol de atividades da Coordenação Geral de Finanças – CGF foi extenso, tendo realizado:

- Liberação dos Créditos Orçamentários referentes a Outros Custeios e Capital
- Liberação financeira de Outros Custeios e Capital
- Liberação financeira da Folha de Pagamento de Pessoal
- Liberação financeira para Pagamento da Folha Suplementar
- Acompanhamento da liberação da Folha de Pessoal e seus benefícios
- Acompanhamento dos limites de saque nas Unidades
- Promoção da conformidade diária e documental, no SIAFI
- Conciliação diária do caixa da UG 150014
- Pagamento da Dívida Interna e Externa e das Contribuições a organismos Internacionais e Acordos de Empréstimo
- Acompanhamento e atualização da Programação Financeira
- Apuração de OCC para a liberação de créditos orçamentários e recursos financeiros às Unidades Orçamentárias
- Acompanhamento dos Gastos com Diárias e Passagens
- Apuração da arrecadação de Receitas Próprias das Unidades
- Apuração dos Restos a pagar para posterior liberação e acompanhamento
- Acompanhamento mensal das dívidas referentes às despesas de Manutenção básica das Unidades (Telefonia, Água e Esgoto, Limpeza e Conservação, Vigilância e Energia Elétrica)
- Programação financeira referente aos pagamentos da Dívida Interna e Externa do Ministério
- Análise dos relatórios emitidos mensalmente pelos agentes financeiros
- Monitoramento do Agente Pagador - Banco do Brasil
- Conferência da programação financeira emitida pela Coordenação Geral da Dívida, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN
- Levantamento dos dados técnicos para registro no Sistema de Acompanhamento de Operações de Crédito - SAOC



- Encaminhamento de dados de Operações de Crédito para preparação da Proposta Orçamentária de 2005
- Controle dos Registros de Operações Financeiras - ROF's, para orientação às Unidades
- Estruturação do Banco de Dados com os históricos financeiros da Dívida Pública Interna e Externa
- Gerenciamento Financeiro dos Contratos de Operações de Crédito Não Reembolsáveis
- Conferência das compatibilidades entre Resoluções do Senado Federal, cláusulas contratuais, ROF's, cronogramas de amortização dos credores e esquemas de pagamento gerados pelo Bando do Brasil
- Acompanhamento das contas com restrições, por meio do SIAFI e orientação às Unidades para regularização
- Promoção da conformidade Contábil das Unidades Gestoras
- Promoção da conformidade Contábil do Órgão
- Preparação dos Balancetes e Balanços
- Consolidação da documentação encaminhada pelas Unidades Gestoras para compor o Processo de Tomada de Contas Anual



1.4 INDICADORES (OU PARÂMETROS DE GESTÃO) E ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO

Como pode ser observado pela natureza de suas atribuições, a SPO executa atividades meio e não têm estabelecidos indicadores diretamente ligados às suas atividades.

Aferir o grau de eficiência e eficácia de suas ações é possível por meio de indicadores de desempenho, tais como: cumprimento de prazos para a preparação da Proposta Orçamentária e revisão do PPA; percentuais de execução orçamentária e financeira, de transferência de recursos às UOs etc., cujo acompanhamento é feito por meio de seus sistemas gerenciais e por rotinas de coleta e armazenamento de dados, realizados nas Coordenações Gerais.

Neste sentido podemos analisar o desempenho quanto à execução orçamentária e financeira do exercício de 2004, demonstrada pelo quadro abaixo:

Limite Global Concedido/2004	Empenhos Liquidados	%
5.126.551.773	5.082.572.943	99,14

Mesmo não executando diretamente, é a SPO que cria as condições para que as Unidades Orçamentárias executem, no que se refere à liberação dos créditos orçamentários e financeiros em tempo, seguindo rigorosamente toda a legislação pertinente, obedecendo e resolvendo da melhor forma possível as restrições que ela impõe.

Assim, o percentual atingindo em 2004, de 99,14% de empenhos liquidados, dentro do Orçamento Global do Ministério da Educação representa um recorde de desempenho do Órgão.



1.5 MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

Há de considerar-se que nos últimos exercícios, 2003 e 2004, foram reativadas e/ou formalizadas funções inerentes à organização da Subsecretaria, além de terem sido incorporadas novas atividades, havendo uma mudança expressiva no papel da SPO junto à Secretaria Executiva, desencadeando uma série de ações diversas à rotina há muito estabelecida.

Nesta perspectiva, foi dado início a projetos que vêm agregando valor ao desempenho de suas atribuições, visando ao aprimoramento e à qualificação institucional.

Ainda em 2003 foi dado início ao desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC, tendo sido contratados, para tal, os serviços da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC. O objetivo do referido Sistema é a “constituição de um modelo de monitoração, acompanhamento e controle das ações/projetos estratégicos do MEC, utilizando, para isso, os recursos das tecnologias da informação e comunicação, além das modernas metodologias de gestão e controle. Isso implica a customização e implantação de soluções informatizadas que visem à documentação, acompanhamento, análise e gerenciamento dos Projetos a serem monitorados, com transferência de tecnologia da solução desenvolvida, a fim de proporcionar autonomia de utilização e administração do sistema.”

No decorrer de 2004, com a revisão consubstanciada do Plano Plurianual - PPA 2004/2007, foram procedidas alterações no SIMEC, e o mesmo vem sendo implementado em todas as Unidades Administrativas do Ministério.

Ainda em 2004, pela Portaria nº 4307, já citada, ficou estabelecido que o SIMEC funcionará como alimentador do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.

Como um esforço de modernização das rotinas de gestão da SPO, baseado na utilização dos potenciais oferecidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação, foi criado o Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras – SIOF. O objetivo dessa iniciativa é fazer uso dos recursos tecnológicos atualmente disponíveis para dar maior agilidade, racionalidade e controle sobre as atribuições ordinárias da Subsecretaria.

No segundo semestre de 2003, a partir do esforço coletivo da equipe da Subsecretaria, foi feito um esboço do que seria um sistema informacional que pudesse oferecer informações mais ágeis e confiáveis sobre a execução orçamentária e financeira do Ministério da Educação.



Em 2004 o projeto de implementação do SIOF passou a ser desenvolvido com o processo de extração dos dados e atualização do Sistema. A base de dados que só podia ser atualizada semanalmente passou para atualizações diárias, oferecendo informações gerenciais mais atualizados para a tomada de decisão.

Foram desenvolvidos, também em 2004, ajustes nos módulos de exibição dos dados do SIOF, a fim de que o mesmo pudesse ser utilizado por qualquer navegador internet. Inicialmente a ferramenta só podia ser aberta no Internet Explorer, que é um navegador proprietário não atendendo, portanto, as diretrizes políticas do Governo Eletrônico de utilização de software livre. Estas características obrigariam a qualquer usuário a ter instalado em seu equipamento softwares proprietários. A partir da observância dos padrões de navegabilidade definidos pela W3C e da substituição de alguns scripts ASP, o SIOF pode ser utilizado a partir de qualquer sistema operacional e por qualquer navegador internet.

A fim de preparar o II Empréstimo para a Reforma do Setor de Desenvolvimento Humano - HD PSRL, foi contratada uma operação de crédito não reembolsável junto ao Banco Mundial - BIRD, proveniente do fundo japonês de doação.

O valor do financiamento é de cento e noventa e cinco mil e seiscentos dólares (US\$ 195,600), cuja execução está totalmente a cargo da SPO, visando ao financiamento dos seguintes estudos:

- Consultoria técnica para o desenvolvimento institucional da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação – SPO/MEC, por meio da contratação de serviços especializados de Consultoria – Pessoa Jurídica, para desenvolvimento e implantação de um novo modelo de gestão organizacional e operacional, buscando aumentar a eficiência e eficácia na execução das suas funções, fluxos e processos.

Para atingir os objetivos da consultoria, serão realizadas as seguintes atividades:

- a. avaliação do modelo organizacional atual, considerando: a estrutura operacional, as competências e atribuições das Unidades Administrativas, a força de trabalho, os processos críticos, as funções, as rotinas e os fluxos de informações, bem como os sistemas informatizados existentes;
- b. estabelecimento de um novo Modelo de Gestão para a SPO/MEC, com base nas funções, nos objetivos e nos resultados esperados e, ainda, nos pontos críticos identificados;
- c. proposição de uma nova estrutura organizacional e o estabelecimento das competências das unidades integrantes da estrutura organizacional da SPO/MEC;
- d. elaboração de proposta de Regimento Interno e de Manual de Organização.
- e. decomposição das funções em processos, atividades e tarefas operacionais que as integram, bem como dos respectivos fluxos;
- f. determinação das demandas dos clientes dos processos (atributos que o produto gerado para o processo deve ter);



- g. definição dos fatores críticos que impactam o desempenho dos processos;
- h. avaliação do atendimento às demandas dos clientes;
- i. elaboração do Projeto Lógico dos processos administrativos e subsistemas passíveis de informatização, com ênfase no uso pleno da tecnologia da informação na SPO/MEC, favorecendo a tomada de decisões, a transparência das ações administrativas, a agilidade e desburocratização dos processos administrativos e a integração de informações em todos os campos; e
- j. especificação das rotinas de trabalho e manualização de todas as funções da SPO/MEC.
 - Estudos para desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre o financiamento de educação no Brasil – contratação de consultores por produto:
 - a) Revisão da bibliografia sobre o financiamento da educação no Brasil (anexando um catálogo resumo explicativo das fontes de financiamento à educação atualmente adotadas no Brasil)
 - b) Análise comparativa dos modelos de financiamento da Educação em outros países do mundo, com ênfase nos modelos de financiamento da: Educação Básica, Educação Profissional e da Educação Superior
 - c) Vinculação e subvinculação tributárias à educação
 - d) Mecanismos e necessidades de financiamento da Educação Básica
 - e) Mecanismos e necessidades de financiamento da Educação Profissional
 - f) Mecanismos e necessidades de financiamento do Ensino Superior

Outro importante projeto que vem sendo desenvolvido pela SPO é um financiamento decorrente das ações previstas no Primeiro Empréstimo do Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano - HD TAL assinado com o Banco Mundial em janeiro de 2003, o qual prevê a promoção de uma maior transparência, aumento das políticas de justiça social e melhoramento na eficiência e qualidade da prestação dos serviços sociais.

Este financiamento está em fase de preparação do contrato de empréstimo e será executado em 2005 e 2006, contando com a parceria dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social, e o do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O valor total do Projeto será de US\$15 milhões, sendo US\$ 10 milhões referentes ao empréstimo e US\$ 5 milhões às despesas dos órgãos executores com atividades relacionadas ao Projeto, as quais serão reconhecidas pelo Banco como contrapartida não financeira do Projeto. O montante que caberá ao MEC administrar, por meio da SPO, será de US\$ 2 milhões, a serem aplicados no Componente 1 - Ministério da Educação; na Ação: Fortalecimento da Monitoração e Avaliação do Setor da Política Educacional.

O objetivo desta ação é implementar mecanismo de monitoramento e avaliação permanente das políticas educacionais, que produza informações oportunas e corretas para subsidiar os gestores



na racionalização da aplicação dos recursos públicos e no aperfeiçoamento das estratégias utilizadas.

Como instrumentos colaborativos nesse processo de fortalecimento e dinamização de sua missão institucional, a SPO firmou, primeiramente no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica, firmado pelo Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Decreto nº 87.522/85, um projeto de cooperação técnica para a realização de estudos que determinem diretrizes para a construção de instrumentos de monitoramento e avaliação das Ações dos diversos Órgãos do Ministério da Educação, com vistas à criação de sistemática que permita a melhor distribuição dos recursos disponíveis e a eficácia de sua aplicação, buscando relacionar a execução orçamentária e financeira ao impacto social provocado. A vigência deste projeto é 30/04/2005.

Posteriormente deu início a uma Assistência Preparatória, junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, visando buscar assistência técnica para o seu fortalecimento institucional e, ainda, o da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA, a fim de melhor qualificar-se ao desempenho de suas atribuições, bem como desenvolver uma série de estudos e pesquisas que subsidiem a concepção de um modelo de gestão capaz de incorporar as dimensões da eficiência, da eficácia e da efetividade que integram a avaliação, possibilitando informações ágeis, fidedignas e confiáveis para a tomada de decisões político-gerenciais consentâneas com as necessidades sociais da população brasileira. Esta Assistência teve o Documento assinado efetivamente em 01 de dezembro de 2004 e tem sua vigência estabelecida até 31/12/2005.

Neste contexto, a fim de dar início às discussões necessárias ao desenvolvimento e implantação de um modelo de gestão organizacional e operacional condizente com a sua nova realidade, a SPO realizou, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2004, o 1º Seminário Interno, com três grandes objetivos, os quais foram plenamente alcançados: (1) informar a situação atual das principais ações da Subsecretaria; (2) realizar diagnóstico participativo identificando os principais fluxos, e (3) contribuir para a integração das diversas unidades administrativas da Subsecretaria.

O produto resultante deste Seminário servirá de base para o início dos trabalhos da consultoria especializada que será contratada no âmbito da Assistência Preparatória já mencionada, com recursos da cooperação técnica não reembolsável junto ao Banco Mundial - BIRD, proveniente do fundo japonês de doação.

Todas estas medidas vêm para corroborar com a instrumentalização e o fortalecimento institucional da SPO, com o propósito de criar condições de incorporar eficiência, eficácia e efetividade às suas ações, a fim de que possa melhor atender suas demandas, advindas de suas



atribuições e daquelas incorporadas ao longo de sua existência, principalmente nos exercícios de 2003 e 2004.

1.6 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

Tipo*	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor total Recebido/ Transferido no Exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
Cooperação Técnica		Processo 230000112252004-29 Ass. 01/12/2004 Vigência 01/12/04 a 31/12/05	Fortalecimento das Instituições das Subsecretarias de Planejamento e Orçamento e Subsecretarias de Assuntos Administrativos	28/12/04 Seção 3 Pág. 17	US\$ 1 303.958,00	R\$ 523 400,00	Não Há	PNUD CNPJ: 0372332900 01-79	Execução em andamento

1.7 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

1.7.1 Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:

Discriminação (Código, descrição/finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo Contratado (Ingressos Externos)	Contrapartida Nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
				Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Operação de Crédito Não Reembolsável nº TF052527 – Preparação do II Empréstimo programático de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano - Organismo Financiador Banco Mundial	US\$ 195 600,00	Não Há	Não Há	Outros (Transferência à organismo Internacional)	R\$ 293 400,00	R\$ 293 400,00	Não Há	Não Há

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

1.7.2 Avaliação crítica dos resultados alcançados no projeto

Esta operação de crédito não reembolsável foi contratada junto ao Banco Mundial - BIRD, com recursos provenientes de um fundo japonês de doação, a fim de preparar o II Empréstimo para a Reforma do Setor de Desenvolvimento Humano - HD PSRL (Technical Assistance Loan).

Estão previstas, para atingir o objetivo da mesma, duas grandes ações:

- Consultoria técnica para o desenvolvimento institucional da SPO/MEC
- Estudos sobre o financiamento da política de educação

Como forma de proceder a execução da operação foram estabelecidas atividades no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmada com o PNUD, em dezembro de 2004, sendo que desde então têm sido tomadas as providências cabíveis para a consecução dos resultados pretendidos não havendo qualquer impedimento para a realização das ações.



1.8 PROJETOS DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

Paulo Rocha
Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Subsecretário de Planejamento e Orçamento
MEC/SE/SPO



RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2004

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

ÍNDICE

1 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

1.1 - INFORMAÇÕES GERAIS.....2

1.2 - COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS.....2

2 - OBJETIVOS E METAS.....2

2.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS.....3

2.2 - DESCRIÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS.....4

2.3 - INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO.....4

3 - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES POR ÁREA.....5

3.1 - GESTÃO DE PESSOAS.....5

3.2 - GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS.....13

3.3 - GESTÃO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES.....16

4 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.....21

4.1 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.....21

5 - COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS.....22

5.1 - ENCERRAMENTO DA UG 150005.....22

6 - ROL DE RESPONSÁVEIS.....22

6.1 - ROL DE RESPONSÁVEIS, ART. 5º DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 62, DE 27/10/2004.....23

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....23



1 – SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

1.1 – INFORMAÇÕES GERAIS:

NOME: Subsecretaria de Assuntos Administrativos

SIGLA: SAA

CNPJ: 00.394.445/0003-65

NATUREZA JURÍDICA: Órgão Público do Poder Executivo Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria Executiva

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco L – Anexo I – Sala 300

UNIDADE GESTORA/GESTÃO: 150002/00001

NORMA DE CRIAÇÃO: Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004.

1.2 – COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

De acordo com o art. 5º do Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, compete a Subsecretaria de Assuntos Administrativos:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de Organização e Modernização Administrativa, bem como as relacionadas aos Sistemas Federais de Administração dos Recursos da Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com o órgão central dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; e

III - promover a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior.



2. OBJETIVOS E METAS

Dentro do escopo de trabalho definido no Realinhamento Estratégico da Subsecretaria para 2004, realizado em dezembro de 2003, foram estabelecidos os seguintes objetivos comuns:

- **Busca de qualidade** – Focar as atividades da SAA para a busca constante da qualificação, com pensamento no benefício que nossas ações trarão para o MEC e para a Educação como um todo;
- **Atendimento ao público** - Maior empenho no atendimento ao público em geral, no sentido de atingirmos um padrão de qualidade que seja abrangente à toda a Subsecretaria;
- **Racionalização de tempo** - Reduzir o tempo utilizado na operacionalização das demandas, sem, contudo, prejudicar a qualidade do produto oferecido;
- **Racionalização dos custos** – Reavaliar processos e procedimentos com foco na redução de custos operacionais;
- **Inter-relação entre os setores** – Buscar a melhoria no relacionamento entre os setores para tornar o acompanhamento do produto mais acessível e facilitar a superação de possíveis entraves burocráticos;
- **Prática do trabalho coletivo** – O exercício desta prática como processo para agilizar as atividades profissionais, discutir a melhoria da qualidade dos serviços e, sobretudo, propiciar a inter-relação entre os setores;
- **Qualificação técnico-profissional** - Incentivo à promoção de oficinas e/ou cursos específicos em razão das dificuldades ou problemas que se apresentam com mais frequência nos setores;

Para o cumprimento de suas competências e de sua missão institucional, qual seja, "**garantir às Unidades do Ministério da Educação os meios necessários à execução de suas atividades finalísticas**", a Subsecretaria está assim estruturada:

- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;
- Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; e
- Coordenação-Geral de Informática e Telecomunicações.

2.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Para consecução dos objetivos definidos na estrutura regimental do Ministério a Subsecretaria gerenciou as seguintes ações:

- 0750 – Apoio Administrativo
- 2004 – Assistência Médica e Odontológica, empregados e seus dependentes;
- 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
- 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;



- 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- 4572 – Capacitação de Servidores Públicos em processo de Qualificação e Requalificação.

2.2 – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

0750 - Apoio Administrativo – compreende: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

2004 – Assistência Médica e Odontológica, Empregados e seus Dependentes - Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

4572 – Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação - Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.



2.3. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

A Subsecretaria, no exercício de 2004, atendendo a solicitação a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU/PR, definiu como prazo para implementação de Indicadores ou Parâmetros de Gestão no primeiro semestre de 2005. Todavia, no decorrer deste período foram adotados diversos procedimentos quanto à aferição dos resultados que a SAA deveria alcançar, tendo como referência o Realimento Estratégico, que definiu os objetivos gerais da Unidade.

Independente da ausência de indicadores as Unidades da Subsecretaria utilizaram como marco referencial os objetivos definidos no planejamento que resultaram em produtos que culminaram com o sucesso e o êxito das metas físicas e financeiras em 100% do valor estabelecido na LOA, conforme seguem:

3 - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES POR ÁREA

3.1 - GESTÃO DE PESSOAS

A área de Gestão de Pessoas do MEC fica a cargo da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, integrante da estrutura organizacional da Subsecretaria de Assuntos Administrativos tendo como competência; planejar, coordenar, controlar e executar as atividades relativas à gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos da administração direta do Ministério da Educação, bem como orientar e supervisionar os órgãos seccionais de recursos humanos das unidades vinculadas.

Na coordenação das atividades relacionadas à gestão de pessoas da SAA/MEC observa-se uma demanda de serviços adicionais significativa, em função da estrutura do Ministério que, de acordo com o Decreto 4.791, de 21 de julho de 2003, conta com 128 instituições federais de ensino, três autarquias, duas fundações, dois institutos e uma empresa pública.

Dessa forma, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas tem como atribuição precípua o gerenciamento da força de trabalho do MEC, destacando-se as atividades de coordenação, orientação e supervisão quanto a:

- aplicação da legislação e normas de pessoal, no âmbito setorial e seccional;
- procedimentos e execução das demandas judiciais que envolvem a área de recursos humanos;
- planos de cargos do Ministério e seus órgãos vinculados;
- arquivo de pastas funcionais, cadastro e registros funcionais;
- concessão de aposentadoria, pensão, benefícios, direitos e vantagens;
- lotação, cessão, requisição e redistribuição de servidores;
- processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- prestação de assistência médico-social aos servidores e perícia médica;
- capacitação e desenvolvimento de servidores.



OBJETIVOS DA CGGP – 2004

- Busca da qualidade
- Excelência no Atendimento ao Público
- Racionalização do tempo
- Racionalização dos custos
- Inter-relação entre os setores
- Prática do trabalho coletivo
- Qualificação técnico-profissional

Descrição dos indicadores – Físico/financeiro

a) – Gastos com Remuneração/Manutenção

A gestão administrativa da folha de pagamento do MEC é processada por quatro unidades pagadoras distintas:

- Caps/Dipag – que administra e processa a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos em exercício no MEC/Brasília;
- SEPOM/PR – que administra e processa a folha de pagamento dos servidores ativos em exercício na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/PR (Decreto 4.913/2003).
- REMEC/RJ – que administra e processa a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos daquela representação.
- REMEC/SP – que administra e processa a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos daquela representação.

Números das UPAG's :

000055020 – CGGP/CAPS

Processamento de folha de pagamento de:

Servidores Ativos	1.225
Servidores Aposentados	1.091
Pensionistas	750
TOTAL	3.066

000055069 – SEPOM/PR

Processamento de folha de pagamento de:

Servidores Ativos	52
TOTAL	52

Despesas com a folha de pagamento / ano:

Total Geral	R\$
ATIVO	54.879.364,84
APOSENTADO	32.725.311,11
PENSIONISTA	6.547.223,42
TOTAL GLOBAL	94.151.899,37

Benefícios	Total de Servidores Atendidos	Total Financeiro R\$	Ítems de Controle (Percentual de atend.)
Auxílio Alimentação	1.215	2.331.164,49	100% no DF, RJ, SP



Auxílio Transporte	914	1.269.806,13	75% no DF, RJ, SP
Auxílio Pré-Escolar	182	232.180,00	15% no DF, RJ, SP
Auxílio Natalidade	16	4.110,00	1,3% no DF, RJ, SP
Sentença Judicial	117	1.869.895,87	10% no DF, RJ, SP
TOTAL GERAL R\$	2.444	5.707.156,49	

METAS ESPECÍFICAS DA CGGP PARA O EXERCÍCIO DE 2004

ANO	DEMANDA	PROCESSOS ANALISADOS	SERVIDORES ENVOLVIDOS	INDICADOR DE CAPACIDADE*
2003	12000	12000	30	400/servidor
2004	17.500	17.500	26	576/servidor

* n° de Processos analisados por servidor/ano

Comentário: O aumento do número de processos analisados por servidor se deu em função de diminuição da equipe e das eleições municipais que aumentaram o número de requisições de servidores para comporem quadro de secretários.

ANO	DEMANDA	Pagamentos realizados	SERVIDORES ENVOLVIDOS	INDICADOR DE CAPACIDADE*
2003	60000	60000	13	4615/servidor
2004	72000	72000	9	8000/servidor

* n° de Pagamentos/Lançamento processados por servidor/ano

Comentário: O aumento do número de Pagamentos/Lançamento processados por servidor se deu em função de diminuição da equipe e dos passivos do recolhimento previdenciário em relação aos cargos em comissões e funções gratificadas.

ANO	DEMANDA	Processos Analisados	SERVIDORES ENVOLVIDOS	INDICADOR DE CAPACIDADE*
2003	500	500	3	166/servidor
2004	750	750	4	187/servidor

* n° de Pagamentos/Lançamento processados por servidor/ano

b) – Ações nas áreas de Saúde, Cultura e Lazer realizadas em 2004

Objetivos:

Melhoria da saúde do servidor

Melhoria da qualidade de vida do servidor

AÇÕES REALIZADAS

Desdobramento/ação	Atendimento		Indicador (em %) (Aumento do n° de atendimento)	
	2003	2004	(+)	(-)
Campanhas educativas	3.542	8.086	228%	—
Eventos Comemorativos	2.754	3.686	134%	—
BAZARES: (Incentivo à prática de confecção de produtos artesanais)	97	86	—	0% (1)
Atividades anti-estresse	54	64	118%	—
Assistência Médica externa	3.313	3.222	—	0% (2)
Assistência Médica interna	18.772	22.645	121% (3)	—



JUSTIFICATIVA DAS NÃO-CONFORMIDADES

- 1 - redução em razão das férias dos servidores;
- 2 - redução do nº de atendimentos médicos externos em razão das campanhas preventivas;
- e
- 3 - o aumento deve-se a contratação de servidores temporários.

Custos das Ações de Saúde

2003	2004
5.201.172,00	5.738.239,00

c) - Capacitação e Desenvolvimento de Servidores

Ações Desenvolvidas:

- Realização de capacitação e desenvolvimento dos servidores – ações internas e externas;
- Gerenciamento do Programa de Estágio para Estudantes; e
- Planejamento, execução e avaliação das atividades do Programa de Educação Básica – PEB.

Objetivo

- Promover a capacitação e desenvolvimento dos servidores do Ministério da Educação com a implementação de ações de formação com vista ao seu melhor desempenho profissional e pessoal.

Ações Estratégicas

- Estruturação de turmas compostas por servidores e incentivo aos interessados a que participassem de cursos que propiciassem a capacitação, o aprofundamento e a atuação em questões importantes e relevantes para o MEC.
- Formação de parcerias com outras instituições para oferecer capacitações nas modalidades, presencial, semipresencial e a distância;
- Formação de parcerias com instituições de ensino para oferecimento de estágios em unidades do MEC e gerenciamento dos estagiários; e
- Realização de ações para a oferta de escolarização básica aos trabalhadores do MEC.

ACÇÃO ESPECÍFICA: ESTRUTURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO - PAC

Desdobramentos/Etapas – Ações de Capacitação Realizadas

Ações Realizadas	Indicadores	
	Nº de Turmas	Nº de Serv. Atendidos
Ações Internas de capacitação (cursos)	33	1.135
Ações Externas de capacitação (cursos, eventos)	01 por turma	153
Total Geral de Capacitações Realizadas		1.288

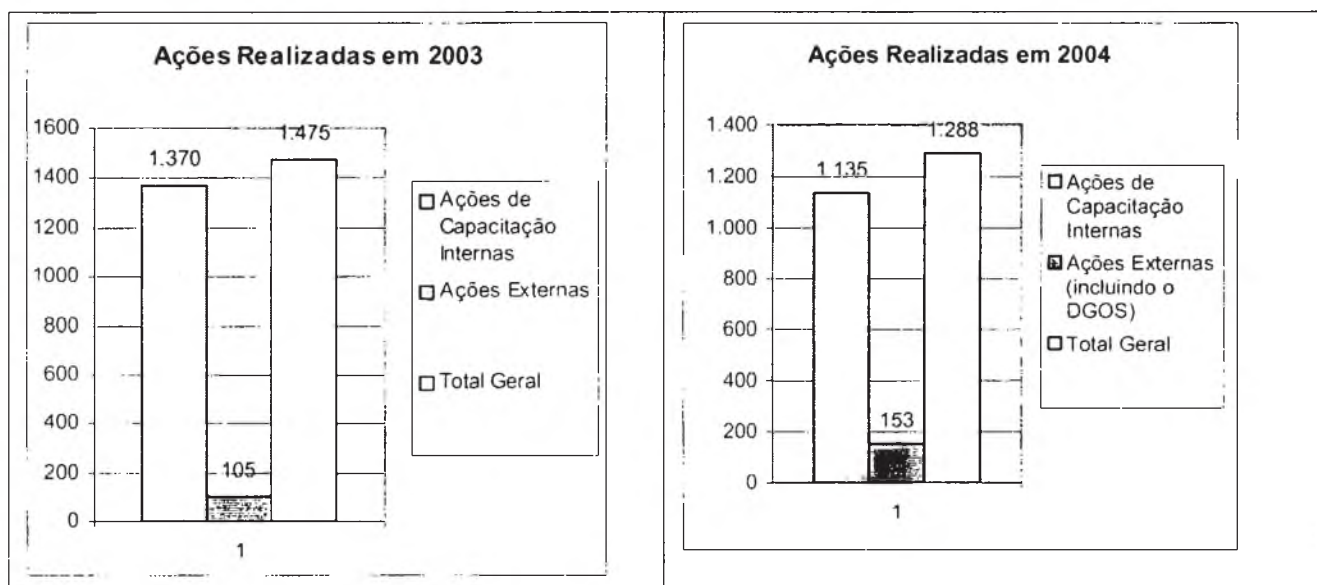
Itens de controle – Forma de Avaliação

- Número de participantes inscritos: **1.312**
- Número de participantes concluintes: **1.288**
- Avaliações dos cursos feitas pelos próprios alunos: Conceitos atribuídos de regular a ótimo, prevalecendo a média do conceito "**BOM**".

Responsáveis/ Parcerias

- CETREMEC, ENAP, ESAF e Embaixada da França.

Quadro ilustrativo do nº de ações realizadas em 2004 em comparação com o ano de 2003.



Custos:

Os custos das ações de capacitação e desenvolvimento mencionadas acima importou na quantia de **R\$ 350.000,00** (trezentos e cinquenta mil reais).

PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTE.

Objetivos:

- Colaborar com o processo de formação profissional do estudante, estimulando ao máximo a compreensão das questões sociais ligadas à Educação;
- Preparar o estudante para o mercado de trabalho, possibilitando que o estagiário trabalhe de forma supervisionada tanto na Instituição de Ensino, adquirindo conhecimentos, como na Instituição em que desenvolve o estágio, adquirindo experiência.



Ações Realizadas

1. Realização do Levantamento de Necessidades de Estagiários – LNE, nas Unidades do MEC;
2. Consolidação do LNE, de acordo com o quantitativo de vagas disponíveis para o MEC, em conformidade com a IN nº 8, de 23/01/2001, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão;
3. Efetivação do ingresso do estagiário mediante aplicação da normatização que dará suporte legal ao Programa.
4. Articulação, por intermédio do CIEE e IEL ou junto às Instituições de Ensino, para o encaminhamento dos estudantes para ocupação das vagas de acordo com o LNE;
5. Recepção dos estagiários indicados pelas Instituições de Ensino, de acordo com a demanda;
6. Promoção, por intermédio das instituições conveniadas ou junto às Instituições dos Sistemas de Ensino-Oficial e Particular, de ações integradas com vistas à condução do Programa dentro da realidade sócio-política do país;
7. Promoção junto a CGGP dos ajustes legais necessários para o ingresso dos estudantes no Programa de Estágio.

Itens de controle

- Formulário de avaliação bimestral, preenchido pelo supervisor de estágio, com o conhecimento do estudante estagiário.

Padrões/ Metas/Prazos

- O Programa de Estágio no MEC segue, basicamente, os critérios definidos na Portaria MEC nº 53, de 18/03/2003 e pela Portaria nº 08, de 23/01/2001, do Ministério do Planejamento, além de outras;
- Convênios com CIEE e IEL, renovados anualmente;

Responsáveis/ Parcerias: **SAA/ MEC- IEL - CIEE**

Custos do Programa de Estágio para Estudantes em 2004: 387.379,36

TABELA COMPARATIVA	
ANO 2003	ANO 2004
572.526,00	387.379,36

Observações:

1. Em 2004, foram utilizados apenas 60% da verba destinada ao Programa de Estágio em razão da grande desistência dos estagiários em virtude do pequeno valor da bolsa-auxílio, uma vez que não cobre as despesas com transporte e alimentação.
2. Ainda em 2004 houve redução da taxa de administração cobrada por parte das entidades convenientes, o que contribui de forma significativa para a redução do montante dos recursos gastos.



Programa de Educação Básica - PEB

Objetivos:

- Propiciar ao aluno do 1º segmento do ensino fundamental (alfabetização), o domínio da escrita e da compreensão de textos, favorecendo a tomada de consciência da realidade e a busca de uma postura crítica sobre os fatos que fazem parte do seu cotidiano, possibilitando melhor visão para sua compreensão do mundo;
- Propiciar aos servidores do MEC e de Órgãos conveniados, que não possuem o ensino fundamental e médio, a oportunidade de seu desenvolvimento integral, a fim de que possam desenvolver a capacidade de posicionar-se frente às questões que interferem na vida coletiva e superar as diferenças que vêm sendo obstáculos à concretização da plenitude da cidadania.

Ações Realizadas

- Elaboração do projeto básico para contratação ou estabelecimento de parceria com entidades para certificação dos alunos inscritos nos diferentes segmentos;
- Elaboração, execução e avaliação de planos de aulas;
- Realização de encontros pedagógicos de aperfeiçoamento.
- Realização de pesquisas e levantamentos nas unidades de cadastro de servidores do MEC, quanto ao número de servidores que não concluíram o ensino fundamental e médio;
- Divulgações periódicas das inscrições;
- Estruturação dos conteúdos e materiais referentes às disciplinas ministradas;

Desdobramentos - Etapas

- Realização de ciclos de visitas a exposições, museus, teatros, cinemas, relacionados ao conteúdo programático;
- Debate sobre assuntos específicos;
- Celebração de datas comemorativas;
- Estruturação de cadastro de instrutores e alunos.

Itens de controle

- Número de alunos matriculados (**207 alunos**)
- Número de alunos concluintes (**114 alunos**).
- Número de desistências: (**94 alunos**)

TABELAS COMPARATIVAS 2003-2004

ANO 2003							
PEB				Pré-Vestibular			
Inscritos	Freqüentes	Desistentes	Certificados	Inscritos	Desistentes	Freqüentes	Aprovados
155	111	44	90	120	10	110	30
ANO 2004							
PEB				Pré-Vestibular			



Inscritos	Frequentes	Desistentes	Certificados	Inscritos	Desistentes	Frequentes	Aprovados
207	114	93	-	120	75	45	15

Observações:

- A prática de indicadores, visando uma avaliação dos trabalhos, não acontecia. Todavia, a partir deste ano foram tomadas providências para a realização de uma análise de indicadores;
- A certificação dos alunos em 2003 aconteceu porque havia um contrato, por intermédio da Fundação Universidade de Brasília-FUB, o Serviço Social da Indústria - SESI, responsável pela certificação, o qual não foi renovado para o ano seguinte;
- Providências estão sendo tomadas para que as novas turmas possam também obter o êxito da certificação;
- A diminuição no número de participantes em 2004 no curso Pré-vestibular, se deu em virtude do não cumprimento das promessas em relação a oferta de bolsas de estudos, razão pela qual muitos desistiram, por não terem condições para custear uma universidade.

Contratação de Pessoal Técnico Especializado por tempo determinado

Foram providas 463 vagas, mediante Contratações que envolveram atividades de distribuição de vagas; publicação de editais de convocação; emissão de telegramas e verificação de documentos para celebração dos Contratos.

Foram publicados ainda treze editais de convocação, provenientes de vagas sobrevividas de rescisões; para tanto. Este dispositivo visa ao total aproveitamento do certame.

Práticas Inovadoras de Gestão nas áreas Administrativa e de Planejamento das Instituições Federais de Ensino (IFEs).

Objetivo Geral

Levantamento e compartilhamento das práticas inovadoras de Gestão, no âmbito das pró-reitorias de planejamento e de administração das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Justificativa:

O levantamento e o compartilhamento das práticas inovadoras de gestão vêm ao encontro dos conceitos e práticas de Gestão do Conhecimento, amplamente discutido em todas as esferas do governo federal. Esse projeto pretende criar uma comunidade que permita aos servidores das pró-reitorias de planejamento e administração conhecer e trocar idéias sobre aquelas práticas adotadas e que têm apresentado resultados eficientes e eficazes quanto a: redução de custos nas instituições, capacitação de pessoal, prestação de serviços, entre outros. Espera-se, dessa forma, que a geração de novos conhecimentos venha agregar



valor aos serviços prestados à sociedade por meio de uma maior colaboração entre servidores e acesso mais fácil a fontes de informação e aprendizado.

3.2 - GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

A área de Recursos Logísticos do MEC fica a cargo da Coordenação Geral de Recursos Logísticos, unidade integrante da estrutura organizacional da Subsecretaria de Assuntos Administrativos tendo como competência planejar, coordenar e promover a execução das atividades de administração de material, compras, patrimônio, obras, manutenção de edifícios, transportes e atividades auxiliares.

Os objetivos definidos pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos, foram:

- Propiciar serviços de segurança patrimonial e transporte;
- Propiciar serviços de manutenção e conservação predial;
- Propiciar serviços de divulgação interna e audiovisual;
- Propiciar suporte técnico e acompanhamento de serviços e obras;
- Manter e conservar a massa documental do MEC;
- Propiciar ações com vista em elaboração de contratos; e
- Propiciar às unidades processos de compras e serviços.

Dentro desses objetivos estabelecidos e, em consonância com o Realinhamento Estratégico de 2004, para a área de Recursos Logísticos, foram definidas as seguintes Metas:

METAS

Melhoria das instalações físicas do MEC, objetivando aprimorar o atendimento ao público interno e externo;
Redução do tempo de atendimento às solicitações recebidas;
Satisfazer as necessidades de materiais para atingimento das metas fins da Educação;
Comprar bem reduzindo custos;
Agilização no atendimento a solicitação interna e externa de pesquisa de documentos;
Disponibilização, via IntraMec, para consulta do sistema de patrimônio, a todo usuário do MEC;

Assim, as ações realizadas pela Gestão de Recursos Logísticos, foram:

2. PLANO DE AÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE CADA MACRO AÇÃO			
AÇÕES ESPECÍFICAS	Desdobramentos/ etapas	Justificativa	Indicadores* Forma de avaliação
Fornecimento, colocação e remanejamento de divisórias, armários, nos Edifícios Sede, Anexos CNE e CETREMEC	Implantação das instalações da SECAD, redistribuição das instalações da SESu, alteração do layout do gabinete do ministro	Criação de salas, coordenações e setores	serviços executados mediante solicitações de serviços
Serviços de instalação de pisos vinílicos, emborrachados e de madeira laminada	Na circulação da SEB e SESu (Sede e Anexo II)	substituição do piso danificado	serviço concluído na sua totalidade



Adequação do sistema de ar-condicionado do gabinete do ministro, no laboratório da CEINF (subsolo) e sala de estabilizadores (subsolo)	Compra de self-contained e substituição do condicionador antigo	substituição por um equipamento novo e mais econômico	serviço concluído
Substituição das instalações hidráulicas de recalque de esgoto sanitário dos Ed. Anexos I e II	Execução de serviços de engenharia contratada com fornecimento de material		serviço concluído dentro do prazo
Impermeabilização da laje da cobertura e paredes-cortinas laterais e subterrâneas da casa de máquinas do grupo gerador de emergência do Ed. Sede e coberturas dos Eds Sede e Anexos.	Execução de serviços de engenharia civil contratada com fornecimento de material	Reforma da laje existente	contrato concluído no tempo
Substituição das instalações hidráulicas de água potável e recuperação dos sanitários no CETREMEC	Execução de serviços de engenharia contratada com fornecimento de material	instalações antigas	serviço concluído dentro do prazo
Instalação de luminárias fluorescentes no prédio do arquivo do MEC	Execução de serviços de engenharia elétrica contratada com fornecimento de material	substituição da iluminação por uma mais adequada aos serviços	serviço concluído dentro do prazo
Substituição e instalação do quadro elétrico para os elevadores do Ed. Sede	Execução de serviços de engenharia elétrica contratada com fornecimento de material	economia de energia e atualização da programação dos elevadores	serviço concluído dentro do prazo
Instalação do sistema de iluminação especial para gravação de eventos no auditório do Ed. Sede	Execução de serviços de engenharia elétrica contratada com fornecimento de material	adequar a iluminação às necessidades atuais	serviço concluído dentro do prazo
Correção da rampa de acesso das viaturas à garagem do MEC	Execução de serviços de engenharia civil contratada com fornecimento de material	reforma da rampa existente para facilitar o acesso	serviço concluído dentro do prazo
Limpeza mecânica do sistema de climatização e substituição do forro metálico das salas e corredores dos Eds. Anexos e Sede.	Execução de serviços de engenharia mecânica contratada com fornecimento de material	melhorar a qualidade do ar para os servidores	serviço concluído dentro do prazo
Manutenção preventiva e corretiva em 8 elevadores do Ed Sede e 6 elevadores nos Eds. Anexos	Execução de serviços de engenharia mecânica e elétrica contratada com fornecimento de material	necessidades dos equipamentos para segurança dos servidores	serviço concluído dentro do prazo



Execução de serviços especializados de engenharia, mensais, continuados, de operação, manutenção corretiva, e preventiva nas instalações prediais.	Continuidade de contrato de manutenção	necessidades dos equipamentos para segurança e conforto dos servidores	contratos em vigência
Execução de serviços de engenharia para adaptação de 2 salas no CETREMEC para funcionar como laboratório de informática.	Execução de serviços de engenharia civil contratada com fornecimento de material	melhoria dos serviços prestados	serviço concluído dentro do prazo
Formalização de 65 contratos referentes à prestação de serviços e aquisição de bens	Repactuação dos contratos, reavaliação dos cronogramas, devida instrução processual.	prorrogar contratos e atender necessidades atuais	aumento dos contratos firmados pela Administração
Controle e acompanhamento de 57 contratos firmados em exercícios anteriores	parcerias entre coordenações	agilizar o andamento dos processos de forma a manter os contratos em dia	prorrogação dos contratos e encerramento dos cumpridos
PEPE - Programa Extraordinário de Promoção Escolar	acompanhamento do PEPE, visando beneficiar as escolas públicas das zonas rurais, das regiões nordeste, norte e centro-oeste	doação de bens do acervo do MEC	satisfação dos beneficiários com o PEPE no recebimento dos bens doados
Sistema de transporte	implementação de um novo sistema de transporte	melhor acompanhamento da utilização do transporte	sistema de controle intensificado
Restituição de Valores pela Empresa de Transportes Aloucar	o valor a ser restituído será glosado na próxima fatura correspondente ao período do dia 01 à 11/02/2005	regularidade do contrato	cumprimento total do contrato
Baixa por doação e cessão de 626 bens do acervo patrimonial	bens avaliados como inservíveis ou antieconômicos.	facilitar a organização do acervo do MEC	melhor funcionamento do sistema de doação de bens
Manual de Fiscalização de Contratos	implementação do manual na INTRAMEC, informando as atribuições dos fiscais e disponibilizando formulários padrões de acompanhamento dos contratos	facilitar o acompanhamento dos contratos	eficiência no controle dos contratos
Microfilmagem de documentos	triagem e tratamento dos documentos para o envio ao laboratório de microfilmagem / em andamento	preservar documentos técnicos administrativos, comprobatórios e permanentes	conservação dos documentos



Transferência do acervo bibliográfico para o CETREMEC	deslocamento do acervo melhorando a organização	disponibilizar um local mais adequado ao acervo	acesso mais facilitado
Restituição de Valores pela Empresa de Manutenção de Ar Condicionados Sistema	com base na atualização monetária do Tribunal de C	irregularidades no contrato	instrução correta do contrato

3.3 - GESTÃO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES

As informações apresentadas tomaram por base o Planejamento Estratégico de 2004 da SAA, o Relatório de Diagnóstico e Proposições da Coordenação-Geral da CEINF de junho/04 e os resultados do Seminário de Alinhamento Organizacional da CEINF, realizado já em janeiro/05, como parte do Planejamento Estratégico-SAA/2005. A forma de registro das informações segue roteiro sugerido pelo próprio Gabinete da SAA, adaptado às especificidades da CEINF.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A CEINF

Histórico

A atual Coordenação-Geral de Informática e Telecomunicações é uma das mais antigas áreas de tecnologia da informação (TI) do governo federal, já tendo sido a única responsável pelo desenvolvimento e implementação de todas as soluções de informática e informação do MEC, ocupando-se também das atividades de modernização e documentação do Ministério. Nessa época, chegou a ser uma Secretaria vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro, tendo sido, inclusive, referência entre os órgãos públicos do ramo, em Brasília, pela estrutura e tecnologia que utilizava.

A área chegou a 1994 contando com 403(quatrocentos e três) servidores, mercê de suas atribuições e também das próprias características da tecnologia da época, quando ainda pontuava o antigo "processamento de dados". Naquele ano, no entanto, novas diretrizes do governo federal para o uso da TI levaram à distribuição dos recursos e responsabilidades entre o MEC e suas autarquias (INEP, FNDE e CAPES), restringindo as atribuições da CEINF e desmembrando algumas de suas responsabilidades. Por outro lado, nos últimos anos a CEINF absorveu os serviços de telecomunicações.



A CEINF hoje

A CEINF organiza-se atualmente em duas Coordenações (Desenvolvimento de Sistemas e Infra-Estrutura), abrangendo a maioria das funções relevantes associadas ao processo de software e à infra-estrutura correlata. Atua nas áreas de desenvolvimento de soluções (aplicativos), tendo, nesse assunto, se dedicado nos últimos anos quase exclusivamente ao atendimento das áreas-meio do MEC (administração direta). Somente a partir de 2004 é que passou a desenvolver prioritariamente soluções para as atividades-fins da instituição, obtendo relevantes resultados com os sistemas de apoio aos Programas Brasil Alfabetizado (SBA) e Universidade para Todos (ProUni), além do Portal de Domínio Público e Novo Portal MEC, este totalmente em software livre, em acordo com as diretrizes do governo federal para sítios e portais. No momento, a CEINF se destaca no processo de migração geral para software livre, em curso em todo o MEC.

Em termos de serviços, a CEINF opera e mantém toda a Rede MEC e suas conexões com a Rede Nacional de Pesquisas (RNP) e com outras redes corporativas que se interrelacionam com a do Ministério. Também dá suporte técnico a todos os equipamentos de TI (estações de trabalho, servidores, impressoras) da administração direta do MEC, dispondo de uma central de atendimento e de equipe preparada para resolver ou encaminhar convenientemente todos os problemas com equipamentos dos usuários.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a CEINF conta com 95 (noventa e cinco) profissionais, a maioria deles técnicos (especialistas), sendo 40% do quadro próprio do MEC alocados diretamente e os demais na base de H-h por projeto, via um contrato de prestação de serviços de TI. Tratam-se de recursos insuficientes face a demanda, já estando em curso o processo de licitação para um novo contrato, com ampliação da carga horária contratada.



O PARQUE DE EQUIPAMENTOS DA CEINF APRESENTA A SEGUINTE CONSTITUIÇÃO

Infra-estrutura de hardware

- Servidores Intel: 39 (trinta e nove).
- Switches:
 - 3 (três) Switches de Core (Marconi ESX 3000);
 - 10 (dez) Switches de Distribuição/Acesso (Marconi ESX 4800);
 - 2 (dois) Switches 3Com (Mod.3500).
- Roteadores:
 - 1 (um) Cisco Mod.7513 (conexão Internet);
 - 1 (um) Cisco Mod. 2520 (conexão REMAV);
 - 1 (um) Cisco Mod. 2520 (conexão DLSw SERPRO);
 - 1 (um) Cisco Mod. 2520 (conexão Frame-Relay);
 - 1 (um) Cisco Mod. 2600 (conexão CNE);
 - 1 (um) Cisco Mod. 2501 (conexão CONIC);
 - 1 (um) Cisco Mod. 2501 (conexão Garagem);
 - 1 (um) Cisco Mod. 2501 (conexão CETREMEC);
 - 20 (vinte) Cisco Mod. 2501 (Secretarias Estaduais);
 - 7 (sete) Cisco Mod. 1701 (Secretarias Estaduais).
- Pontos de Rede Habilitados: 1984 (um mil novecentos e oitenta e quatro).
- Estações de Trabalho: 1984 (um mil novecentos e oitenta e quatro).
- Impressoras Laser: 178 (cento e setenta e oito).
- Impressoras Jato de tinta: 339 (trezentos e trinta e nove).
- Impressoras Matriciais: 36 (trinta e seis).
- Impressoras Multifuncional: 12 (doze).
- Copiadoras: 3 (três).

INFRA-ESTRUTURA DE SOFTWARE

- Sistemas Operacionais:
 - Windows 2000 Advanced Server: 15 (quinze).
 - Windows 2000 Server: 4 (quatro).
 - Windows 2000 Professional: 1080 (um mil e oitenta).
 - Windows XP Professional: 335 (trezentos e trinta e cinco).
 - Windows ME: 8 (oito).
 - Windows NT Server: 1 (um).
 - Windows 98: 510 (quinhentos e dez).
 - Windows 95: 31 (trinta e um).
 - RedHat Linux: 8 (oito).
 - SecurePlatform: 2 (dois).
 - Debian.
 - Fedora Core 3.
- Aplicativos de Servidor:
 - Exchange Server 2000.
 - SQL Server 2000.
 - SNA Server 4.
 - WebServer Internet Information Services (IIS).
 - WebServer Apache.
 - DHCP Server.
 - DNS.
 - WINS.



- IDS (Snort).
- Ntop.
- MRTG.
- Listas de Distribuição (Ezmlm).
- Gateway SMTP do Ezmlm (Qmail).
- Virtual Private Network - VPN (PopTop).
- Unicenter TNG:
- Inventário Hardware e Software;
- Backup (Brightstor);
- Software Delivery;
- Remote Control;
- Console de Gerenciamento SNMP.
- FTP.
- Antivirus (Norton).
- Gateway VoIP (GnuGK).
- MySQL.
- FreeRadius.
- FireWall (CheckPoint).

Tal como acontece com os RH, esse parque encontra-se esgotado em sua capacidade, revelando-se incapaz de suportar a atual (e futura) demanda das diversas áreas usuárias. Também apresenta forte desacordo com o direcionamento que a SAA (e o MEC) está dando agora à CEINF, consubstanciando no PE-SAA/05.

O futuro

A partir de 2003, a SAA estabeleceu três grandes desafios para a CEINF:

- Voltar-se mais para o desenvolvimento e a implementação de soluções de TI para as atividades-fins do MEC
- Apoiar a migração do MEC para software livre
- Contribuir para a integração da TI do MEC à TI do governo federal.

Avaliando hoje as ações da CEINF desde então, pode-se concluir que avançou-se bastante na consecução desses desafios.



REALIZAÇÕES 2004

As ações mais relevantes da CEINF em 2004 estão relacionadas na planilha
ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, apresentada em anexo.

1. Plano de Gestão			2. Plano de Ação para Desenvolvimento de cada Macro Ação				
Objetivo SAA	Objetivos CEINF	Ações estratégicas CEINF	Ações específicas unidades (projeto / 2404)	desdobramentos / etapas	justificativa	padrões / metas / prazos	responsáveis / parcerias
Busca Da Qualidade	Atualização Tecnológica	licitação	switches	ampliação dos serviços	maior estabilidade da rede	fev/05	div. rede
			serviços de ti	ampliação dos serviços	atualização do contrato 02	jul/05	gab/CEINF
			organização interna	telefonias	racionalização do uso	jul/04	div. telefonia
		normas e padrões		correio eletrônico	racionalização do uso e segurança	set/04	div. rede
		sist. brasil alfabetizado		implantação	fornecer instrumento s p/ entidades conveniadas	ago/04	coord. desenv. sistemas
		sist. de gerenci. de mensagens	desenvolvim./implantação	facilitar comunicação via "fale conosco"	ago/04	coord. desenv. sistemas	
Atendimento Ao Público	Desenvolvimento De Soluções P/ Atividades-Fins	projetos de aplicações	portal de domínio público	desenvolvim./implantação	disponibilização de obras	jul/05	coord. desenv. sistemas
			SAA serviços	desenvolvim./implantação	melhoria na intramec	set/04	div. web
			novo portal mec	desenvolvim./implantação	software livre; acessibilidade de	jan/05	div. web
			PROUNI	desenvolvim./implantação	programa universidade para todos	dez/05	coord. desenv. sistemas
Racionalização Do Tempo	Aplicação Das Estações De Trabalho	aquisição/ distribuição	dimensionamento; especificação; instalação	adequação e suporte à software livre	atualização tecnológica; atendimento às demandas	jul/05	coord. de infraestrutura



Racionalização De Custos	licitação	telefonica		ampliação do uso dos serviços técnicos; negociação c/ fornecedores	redução de custos e disponibilização de novos serviços tecnológicos	dez/05	div. telefonica
		pool de impressão		elaboração de pb; suporte à CPL	redução de custos; racionalização dos processos de ressuprimento e disponibilidade de novos recursos tecnológicos	jul/05	coord. de infraestrutura
Interrelação Entre os Setores	Migração P/ Software Livre	grupos temáticos	software livre; escritório de projetos	proposição de ações p/ a CEINF; realização de estudos técnicos	discriminação de conhecimentos; maior agilidade no desenvolvimento dos temas	dez/05	Gab/CEINF
Prática do Trabalho Coletivo		gestão participativa	reuniões gerenciais	compartilhamento do processo decisório	envolvimento de todo o comportamento do quadro de pessoal	dez/05	gab/CEINF
Qualificação Técnico-Profissional		programa de estagiários	redefinindo quadro de estagiários	contratação; avaliação	contribuição para formação técnico-profissional dos estudantes, sobretudo de ti	dez/05	gab/CEINF

4 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

No Exercício de 2004, a Subsecretaria transferiu créditos e recursos à Escola de Administração Fazendária – ESAF/MF, no montante de R\$ 277.689,20 (duzentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e vinte centavos), com vistas ao desenvolvimento de ações constantes do Plano Anual de capacitação dos servidores do MEC.



5 - COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

DADOS GERAIS DA UNIDADE:

UNIDADE GESTORA: Coordenação Geral de Recursos Logísticos

SIGLA: CGRL

CNPJ: 00.394.445/0030-38

VINCULAÇÃO: Subsecretaria de Assuntos Administrativos

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco L – Anexo I – Sala 300

UNIDADE GESTORA/GESTÃO: 150005/00001

NORMA DE CRIAÇÃO: Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004.

COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

A Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL está inserida na estrutura da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA, conforme o art. 5º do Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Educação.

OBJETIVOS E METAS

Dentro da estrutura da Subsecretaria de Assuntos Administrativos encontra-se em fase de encerramento, a Unidade Gestora 150005, que apresenta saldos remanescentes de diversas unidades Gestoras vinculadas deste Ministério, que foram extintas na década de 90, e que, à época ficaram contas dependentes de regularização, que na sua maioria eram de convênios e obras em andamento.

5.1 - ENCERRAMENTO DA UG 150005

Devido à designação de um novo responsável pelo encerramento da UG 150005, que acarretou em um novo levantamento e análise da situação geral das contas, a falta de processos e documentos que facilite e oriente as regularizações, a não dedicação exclusiva, mediante a demanda de trabalho existente nessa Subsecretaria, e pelas dificuldades encontradas durante o processo, existem ainda, 14 contas que precisam ser regularizadas e 28 contas a serem transferidas para a UG 150002, por serem apenas de registro não sendo necessária a regularização.



ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Diante das dificuldades encontradas em todo o processo de encerramento da Unidade Gestora 150005, foi consignado novo prazo de encerramento, para o mês de Maio de 2005.

7 – ROL DE RESPONSÁVEIS

7.1 - ROL DE RESPONSÁVEIS, ART. 5º DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 62, DE 27/10/2004.

Segue anexo, relatório do Rol de Responsáveis das Unidades 150002 e 150005, acompanhado da Declaração expedida pela Coordenação Geral, na forma do item III, art. 5º da Decisão Normativa TCU nº 62, de 27 de outubro de 2004.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar as atividades relativas ao exercício de 2004, esta Subsecretaria de Assuntos Administrativos, com base no Realinhamento Estratégico de 2004, reafirma seu empenho na busca incessante da qualidade, com o objetivo de aplicar com eficiência, eficácia e economicidade os recursos públicos destinados a melhoria da qualidade dos serviços prestados a sociedade brasileira por este Ministério.

Esta gestão, no desempenho de sua missão, juntamente com os servidores deste Ministério, quer como agente público competente, no sentido daquele que recebe da lei o devido poder para o desempenho de suas funções, quer como cidadão brasileiro que vislumbra para o País melhores condições de vida, esteve vigilantes quanto aos princípios que norteiam os atos e fatos administrativos, notadamente aqueles dispostos na Lei de Licitações e Contratos - LLC nº 8.666/93.

Resta-nos registrar, ainda, todo o esforço dispendido por toda a equipe da SAA, onde se encontram servidores abnegados no desempenho das responsabilidades atribuídas.

SAA, 14 de março de 2005.

Sylvio Pétrus Júnior

Subsecretário de Assuntos Administrativos